

AS MULHERES E A AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DA PROFISSÃO JORNALÍSTICA: CONTRIBUTOS PARA UMA NÃO-OSSIFICAÇÃO DA HISTÓRIA DO JORNALISMO

Maria João Silveirinha

Docente de Ciências da Comunicação, Universidade de Coimbra. Endereço electrónico: mjs@fl.uc.pt

RESUMO

O lugar e a importância que as mulheres tiveram na história do jornalismo continua, entre nós, muito invisível e, sobretudo, pouco problematizado. No espírito de não apenas documentar, mas teorizar a História, o texto procura pensar o cruzamento da afirmação histórica do jornalismo como profissão com o da entrada das primeiras mulheres nesta mesma profissão, e visita a imprensa nacional e internacional oitocentista e da viragem para o século XX, recordando jornais e jornalistas que, no feminino, fizeram a imprensa de então. Como aconteceu com quase todas as atividades industriais, as mulheres estiveram fortemente arredadas da fase inicial da industrialização do jornalismo e dos termos em que ele foi definido. Conhecer as experiências que marcam as raízes da afirmação do jornalismo não apenas em Portugal, mas também em países como a França, a Inglaterra ou os Estados Unidos revela-nos um conhecimento da ordem da experiência, com corpo e sexo. Atribuir o sexo à notícia, tal como ela foi inicialmente definida, alarga a gama dos problemas que estudamos e facilita um entendimento mais profundo não só do que pode ou não constituir o jornalismo, como de um conjunto de problemas e questões transnacionais partilhadas pelas mulheres nas suas relações históricas com esta profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres, história do jornalismo, género.

INTRODUÇÃO

Carolina Beatriz Ângelo, ao votar 1911 para as eleições para a Assembleia Constituinte mereceu destacada cobertura da imprensa, tendo feito as primeiras páginas dos jornais de então (Esteves, 2004)¹. Nessa época, uma única jornalista profissional - Virgínia Quaresma - fazia as notícias do dia, numa imprensa que se começara a industrializar. Uns “meros” cem anos depois, outra mulher, Assunção Esteves, era eleita presidente da Assembleia da República e, algum tempo após a eleição, duas mulheres jornalistas, Bárbara Reis e São José Almeida – então a única diretora de um jornal nacional e uma redatora principal – entrevistavam-na nas páginas do mesmo jornal². Em cem anos, produziram-se profundas alterações no número de mulheres que fazem as profissões e o jornalismo em particular (Rebelo *et. al.*, 2011), mas a história revela-nos mais do que a memória dos números pode dar a entender.

Na verdade, quando, até um passado muito recente, se percorria uma boa parte das múltiplas historiografias do jornalismo ficava-se, em geral, com a ideia de

1 O texto que se segue teve uma versão mais breve apresentada no Congresso Internacional Comunicação apresentada ao Congresso Internacional do CIMJ, “História dos Media e do Jornalismo”, Lisboa, 6 de Outubro de 2011 (Silveirinha e Vargues, 2011).

2 Entrevista publicada no jornal *Público* em 18.11.2011.

que este se desenvolveu sem qualquer contributo das mulheres e que, nesse sentido, o jornalismo teria sido uma invenção masculina – não apenas anglo-americana, mas, num sentido mais vasto, ocidental.

A este respeito, Catherine Covert (1981) recorda-nos que os historiadores do Jornalismo contaram a história da profissão de um modo que reflete a experiência masculina e não a feminina, celebrando a independência e a autonomia individual, ignorando as influências da família e dos círculos de sociabilidade, enfatizando o progresso em vez da recorrência. Uma das sugestões de Covert é que, se considerarmos o passado à luz de como foi vivido pela maior parte de mulheres, seremos levadas a ver a passagem do tempo como ciclos de avanço e recuo, em vez de uma longa marcha em progresso linear.

Hoje, encontramos já inúmeros trabalhos sobre as mulheres que fizeram a história do jornalismo, retiradas da penumbra onde a maioria dos historiadores as havia deixado. São biografias e historiografias importantes e decisivas para um melhor conhecimento do passado do jornalismo e que mostram como as mulheres, de modo mais ou menos invisível, estiveram sempre presentes no jornalismo (Leal, 1992; Costa, 2005; Beasley e Gibbons, 1993; Beetham, 1996; Chambers *et al*, 2004; Onslow, 2000; Djerf-Pierre 2007; Lutes, 2006). Desse trabalho faz, certamente parte a procura de “pioneiras” e de mulheres que ficaram célebres. É na identificação de jornais e das pessoas que os faziam que somos, por exemplo, conduzidas em Inglaterra ao “primeiro jornal” – o *Daily Currant* -, que se publicou de modo regular em Inglaterra e que foi fundado em 1702 por uma mulher, Elizabeth Mallet. Mas, se a procura do “primeiro jornal” ou da “primeira jornalista” é uma tarefa decisiva e de enorme importância na identificação de personagens que dão corpo à História, é também um trabalho incompleto e com limitações, dependendo de uma definição epistemologicamente contestada do que é o “jornalismo” e contendo, por vezes, uma visão da história deste como um caminho linear, progressivo e constante. Além disso, na identificação das personagens, temos de resistir ao impulso histórico de as entender como peças individuais ou instantâneos de realização. Isto é especialmente verdade no caso das mulheres no jornalismo, porque tendemos a pensar nelas como exceções e não como parte de um todo que é a história de uma profunda negação da sua paridade na sociedade.

Sem abdicar do nosso trabalho de restituir às mulheres jornalistas o seu lugar na narrativa de desenvolvimento temporal, e embora hoje estejamos muito longe de ver o jornalismo como uma carreira masculina, podemos também levantar todo um conjunto de questões sobre a forma como o jornalismo, na fase da sua industrialização – o final do século XIX – se constitui como numa profissão masculina. De facto, sabemos que em Portugal – como em muitas partes do mundo – foram raras as mulheres que, na viragem para o século XX, fizeram parte desse processo de institucionalização do jornalismo. Só ao longo do século passado elas entraram progressivamente na profissão, até terem hoje, ao nível da produção jornalística – ainda que não aos níveis diretivos – uma quase paridade numérica. No entanto, precisamos de compreender como isso aconteceu, dado que a sua presença sempre se fez sentir historicamente no mundo das publicações.

A perspetivação destes problemas ao nível transnacional releva, curiosamente, muitas semelhanças e, mesmo que cada um dos países tivesse tido o seu percurso particular em termos de desenvolvimento do jornalismo, uma breve análise das histórias de algumas jornalistas europeias e americanas mostra-se

importante para compreender a amplitude, as continuidades e descontinuidades das suas experiências.

Tal questionamento é também uma forma de atender à crítica de James Carey de que o conhecimento da história do jornalismo assentou excessivamente na produção de conhecimento documental e ignorou as dimensões teóricas e culturais. “Há inúmeros estudos”, disse ele, “que ligados uns aos outros numa história geral criam esse registo documental conhecido como história do jornalismo. Este registo documental, quando sujeito a certas regras de interpretação, forma o conhecimento positivista da disciplina: um registo interpretado dos acontecimentos e ações do passado. Isto é, em geral, o que escolhemos lembrar-nos do passado” (Carey, 1974/1997: 89). Mas a história cultural, diz Carey, “não se preocupa meramente com os acontecimentos - o estudo da consciência no passado”. E o exemplo de Carey que consubstancia esta sua afirmação é significativo: o que sabemos da travessia de Júlio César do Rubicão seria bem servido pelo conhecimento do que ele sentiu ao fazer essa travessia - “a constelação particular de atitudes, emoções, motivos e expectativas que foram experienciadas nesse ato” (*Idem*). Do mesmo modo, olhar a experiências das primeiras mulheres no jornalismo não apenas nos revela os factos, como nos dá os sentidos vividos da profissão no feminino.

Assim, no espírito proposto de James Carey de não apenas documentar, mas teorizar a história, no que se segue, iremos pensar o cruzamento da afirmação do jornalismo como profissão com o da entrada das primeiras mulheres nesta mesma profissão. Conhecer as experiências que marcam as raízes da afirmação do jornalismo em vários países ocidentais revela-nos, nos limites de uma razoável distância temporal, não apenas o que Carey nos pedia – um conhecimento histórico-cultural do jornalismo – mas um conhecimento da ordem da experiência, com corpo e sexo.

O JORNALISMO COMO UM CERTO TIPO DE DISCURSO

Quando nos centramos na dimensão comparativa do jornalismo, é sobretudo em finais do século XIX e inícios de XX que encontramos algumas diferenças, mas também pontos comuns, entre o jornalismo americano e britânico e o de países europeus como a França, a Alemanha ou Portugal.

O muito citado argumento de Chalaby (1996/2003) de que “o jornalismo é uma invenção anglo-americana” teve por base uma comparação histórica do jornalismo francês, britânico e dos Estados Unidos entre 1830 e 1920. Embora o argumento tenha sido algo contestado (Camponez, 2011), na sua perspetiva, os jornalistas americanos e britânicos inventaram o conceito moderno de notícias, deram-lhe prioridade, organizaram de forma mais efetiva a recolha de matérias noticiáveis. As novas técnicas exploradas pelos jornais dos Estados Unidos em meados de período Vitoriano deram entrada na imprensa britânica nas décadas de 1880 onde foram refinadas pela “revolução de Northcliffe” e criaram um modelo que, ao longo do século XX, iria expandir-se um pouco por toda a Europa.

Chalaby identificou como diferentes nas duas tradições, o princípio de organização e a estruturação das notícias. Na tradição anglo-saxónica, as notícias iniciam-se pelos elementos de maior noticiabilidade e são construídas em torno dos “factos”. Já nos jornais franceses, a subjetividade da mediação do jornalista tem maior importância, o que lhes permite interpretar – mais do que se limitar a apresentar – os factos em questão. Entre outros fatores anglo-americanos que Chalaby

identifica como tendo contribuído para o rápido desenvolvimento do jornalismo que hoje conhecemos estão a independência da imprensa do campo literário, o bipartidarismo parlamentar, a capacidade dos jornais captarem receitas de vendas e publicidade, e a dinâmica e centralidade da língua inglesa.

Também na comparação entre modelos de jornalismo, outros autores reforçam as fortes raízes do jornalismo europeu no mundo literário (Mancini, 2005: 83-7). Erik Neveu (2001: 12) observa que, ao longo de quase todo o século XIX, trabalhar para um jornal francês era um primeiro passo para “uma verdadeira carreira” na literatura ou na política.

Portugal tem ainda as suas especificidades na comparação com estes países. O jornalismo português oitocentista pode, em alguns aspetos, ser comparado ao francês onde, não houve, tão-pouco, uma clara separação entre jornalismo e outras formas de literatura, ou entre jornalistas e outros escritores. Em França, antes do final do século, as convenções do jornalismo da edição, citação ou entrevista, ainda não tinham emergido. Na tradição que vinha do século anterior, não havia uma tentativa de diferenciar entre o comentário e o relatar dos acontecimentos: a apresentação de discursos morais sobre a política tinha prioridade (Chapman 2005b: 7). Em Portugal o mesmo sucedeu, apesar das diferenças políticas entre os dois países.

Esta maior aproximação ao jornalismo francês não significa, no entanto, que o discurso que caracteriza a imprensa anglo-saxónica não tivesse influenciado a nacional, sobretudo em finais de século. José Miguel Sardica, num inteligente estudo sobre o jornalismo desta época, vê nele um espelho da nova sociedade portuguesa, nas suas contradições, virtudes e defeitos. Nas suas palavras: “O fomento e a urbanização, a Geração de 70 e as Conferências do Casino, a Janeirinha, o Iberismo, a Comuna e a propaganda revolucionária de socialistas e republicanos não tinham apenas acordado o país para a participação cívica, para a aprendizagem da democracia e para a leitura de massas; tinham, de igual passo, forjado um país, particularmente no espaço urbano, que popularizara o «desdém», a «vaga hostilidade», a «indisciplina nas camadas mais baixas», um radicalismo retórico e uma excitabilidade antissistema que contaminavam os jornalistas (e muitos dos que iam chegando à profissão eram oriundos destes estratos populacionais urbanos mais revolucionários), e invadiam as páginas da imprensa” (Sardica, 2009: 26). E, numa comparação com a imprensa anglo-americana, acrescenta que as páginas dos jornais nacionais “(...) e sobretudo na lógica dos grandes diários republicanos sucessivamente criados, desde *O Século* e *d’A Vanguarda* ao *Mundo* e à *Lucta* –, apostavam no registo verbal violento, escandaloso e sensacionalista para atizar as massas contra o sistema, assim iniciando no jornalismo português a cultura justicialista e insultuosa de contrapoder, de que eram máximos exemplos a *yellow press* norte-americana de William Hearst ou o *new journalism* britânico de Alfred Harmsworth” (*Idem*).

Por exemplo, o espaço temporal entre o aparecimento, nos anos 30 do século XIX, nos Estados Unidos, da *penny press* – que Schudson (1998) descreve como uma revolução no jornalismo que levou ao triunfo das “notícias” sobre o comentário e dos “factos” sobre a opinião – e o aparecimento de uma imprensa com as mesmas características em Portugal (iniciada pelo *Diário de Notícias*) é de cerca de 30 anos.

No que toca à disponibilização tecnológica que permite uma nova imprensa nos dois países, não vai apenas uma distância temporal. São também grandes as diferenças nas condições políticas e sociais, os outros dois fatores que Schudson vê na América como bases contextuais para o surgimento da *penny press*. O caminho

para a democratização americana (a era Jacksoniana) que ele aponta como uma das razões para o surgimento desta imprensa nos Estados Unidos é um trilho ainda desconhecido em Portugal. Também os públicos são diferentes: ao forte crescimento da literacia americana contrapõe-se um cerrado analfabetismo português. Por outro lado, e ainda que os jornais os jornais, à semelhança do que acontecera nos séculos anteriores, servissem muito fins que não os literários (prestando informações sobre trocas comerciais, chegadas e partidas de navios e outras notícias avulsas), a opinião marcaria o grande desenvolvimento da imprensa após 1834. Então em liberdade, debatiam-se os problemas da burguesia numa “linguagem arrebatada, tensa de carga emocional (...) [dando] à nossa imprensa romântica da primeira metade do século passado aquele cunho vincadamente apaixonado e individualista que a caracteriza” (Tengarrinha, 1989: 156). A partir de então, é crescente a colaboração de grandes vultos das letras portuguesas nos jornais, nomeadamente através de colaborações como o folhetim (Peixinho, 2008; Santos, 2005).

Como veremos adiante, esta afirmação do jornalismo como um certo tipo de discurso que se diferencia de outros – nomeadamente o literário e o opinativo – deve ser um ponto a reter quando repensamos o lugar das mulheres na institucionalização da profissão.

UM OLHAR INCLUSIVO SOBRE A IMPRENSA DE OITOCENTOS

Das análises em língua portuguesa da participação das mulheres nas publicações periódicas no século XIX destacam-se as Ivone Leal (1992) e as de Ana Maria Lopes (2005) que nos dão a ver, de forma rica e texturada, os percursos profissionais das mulheres como proprietárias, editoras, diretoras, administradoras, colaboradoras e redatoras da imprensa oitocentista.

A linha de participação das mulheres nos jornais de então é diversa, descontínua e ao pulso de um país onde os homens dominavam os meios de comunicação que garantiam a continuidade da sua visão cultural, social e política. Ana Maria Lopes descreve-a assim: “apesar de algumas mulheres colaborarem desde 1812 na imprensa masculina, só começam a aparecer regularmente nos periódicos femininos a partir de 1836. Entre 50 e 70, fazem-nos com constância e inteligentemente, e por vezes de forma ostensiva e desabrida. Cresce então a sua combatividade pública, para logo se silenciarem entre 70 e 80. Retomam gradualmente a sua atividade na década de 80 e a sua importância com alguns textos capitais. Desde então, nunca mais deixaram de fazer ouvir a sua voz” (Lopes, 2005: 604).

Na verdade, no início do século, de entre os chamados periódicos femininos, poucos eram os dirigidos por mulheres. À sua frente estavam homens que, reconhecendo a importância de algum público letrado feminino e burguês, lhe ofereciam conteúdos frívolos que consideravam ser do seu interesse. As mulheres colaboram em alguns destes periódicos, como é o caso de *A Gazeta das Damas*, mas seria preciso esperar pela segunda metade do século para que houvesse jornais dirigidos por mulheres e proliferasse a imprensa dedicada ao público feminino. O pioneirismo de periódicos como *O Mundo ás Avestas* ou, mais tardiamente, *O Mundo Elegante*, bem como a participação em múltiplas publicações de diversas colaboradoras anónimas, representou a construção de uma nova identidade feminina. Nos textos de imprensa de oitocentos misturam-se elementos do público e do privado – das novidades de moda às receitas e conselhos sobre a vida doméstica, e

às emoções do folhetim e da poesia – focando crescentemente, a partir de 1850, a educação, a promoção da consciencialização da necessidade de mudanças. Tal só chegava, no entanto, às classes mais informadas.

Nestes periódicos, podemos também ler as hesitações e contradições próprias de um jornalismo que dava os seus primeiros passos, numa sociedade que pretendia ser regeneradora, mas que era ainda muito conservadora. Uma dessas contradições é que, se as mulheres estão arredadas dos jornais políticos, com maior tiragem, fazem jornalismo nas páginas que criam, onde participam, que produzem, por vezes de modo mais efémero, por vezes de modo mais constante, mas sempre presente. As revistas de Antónia Pusich, Catarina de Andrada, Francisca Wood, Elisa Curado, Guiomar Torrezão ou Albertina Paraíso têm mulheres como suas responsáveis. No início do século XX outros periódicos existirão e à sua frente estarão republicanas, como Ana de Castro Osório e Olga Sarmiento.

A descrição que Jane Chapman (2007) faz de George Sand, escritora, editora e jornalista francesa por volta de 1840, pode ser aplicada, pelo menos em parte, às mulheres que, no nosso país, fazem imprensa até à República: dedicando o seu tempo e energia à tarefa da educação, usando os jornais como forma de comunicação e consciencialização³. Algumas, mesmo que tendo outros meios financeiros próprios, vivem da imprensa que produzem e nela investem os seus recursos financeiros. E o efeito do seu envolvimento como produtoras de informação, de opinião, de factos e reflexão, estende-se à criação de um público mais consciente. Na verdade, “deve assinalar-se o peso decisivo que a imprensa periódica teve no impulso de mudança da situação das mulheres. É ela, como espaço de visibilidade pública, que faculta a projeção do pensamento e a manifestação da sensibilidade de muitas mulheres: umas por iniciativa própria, como diretoras, redatoras ou colaboradoras de revistas ou jornais; outras respondendo ao convite daquelas para neles colaborar. Em função disso, uma nova categoria de mulheres vai emergindo: a das leitoras, cada vez mais informadas e mentalmente articuladas, ultrapassando a das simples consumidoras de leituras de natureza romântica” (Lopes, 2009: 42-43).

Este duplo papel das mulheres, como produtoras de textos de imprensa e como leitoras, parece-nos especialmente relevante. É relevante, antes de mais, pelo significado que tem para a história das mulheres portuguesas, fortalecido com viragem do século. Segundo João Esteves (2001), na imprensa, a partir de 1906, encontram-se com regularidade reflexões sobre o feminismo. Aí encontraremos Albertina Paraíso, Ana de Castro Osório, Lucinda Tavares, Maria Veleda e Virgínia Quaresma, tendo a temática feminista passado a fazer parte do conteúdo de diários como *O Mundo* e *Vanguarda*. Os textos dedicados ao feminismo pelo “Jornal da Mulher”, secção iniciada em 1906 no periódico *O Mundo*, e da responsabilidade de Albertina Paraíso, permitem compreender o que reivindicavam as feministas Portuguesas e o que se passava no final da Monarquia. Por exemplo, a *Vanguarda*, diário republicano independente, inclui, em 1906, a secção “Galeria feminista”, criada após a apresentação da Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz.

Mas o duplo papel das mulheres como escritoras e leitoras que se foi desenhando ao longo do século XIX constitui também uma das principais diferenças dos jornais portugueses para os de tradição anglo-americana.

3 Sobre as ambiguidades das análises de Maria Amália Vaz de Carvalho relativamente ao papel de George Sand na sociedade da época, ler Outeirinho, 2004.

O JORNALISMO COMO PRÁTICA OCUPACIONAL E AS DINÂMICAS PROFISSIONAIS DE EXCLUSÃO

No seu trabalho sobre as primeiras estruturas empresariais do jornalismo em Portugal, em finais do século XIX, Paula Miranda (2008) mostra como a especialização e a hierarquização das instituições, a constituição das salas de redação e a progressiva estruturação do universo profissional abriram caminho para a construção da identidade dos jornalistas. Para Tengarrinha (1989: 217), este período traz consigo uma nova conceção da profissão jornalística: “não já o redator preso à sua secretária, aguardando que as notícias lhes fossem cair nas mãos, mas o jornalista ágil, móvel, indo ao encontro do acontecimento para fornecer sobre ele a maior soma de pormenores possível”.

Esta definição funcional do (sic) jornalista, ainda que possa explicar parcialmente, como adiante veremos, uma certa visão do limite físico das mulheres para a profissão, não é suficiente para compreender, por que razão elas – que tanto tinham contribuído para a imprensa não industrial – vejam vedada a sua entrada aos primeiros jornais industriais. Do que foi possível até agora documentar, apenas Virgínia Quaresma entra, como profissional paga, num jornal político, em 1906. Maria Augusta Seixas (2004), que trabalhou aprofundadamente sobre Virgínia Quaresma, chama-lhe “a primeira jornalista portuguesa”. Documenta esse título, citando, nomeadamente, Rocha Martins (*apud* Seixas, 2004: 83), na sua diferenciação face a outras mulheres que escreviam nos jornais da época, como Maria Amália Vaz de Carvalho, Guiomar Torresão ou Alice Pestana que “tinham sido colaboradoras de periódicos, mas talvez nunca tivessem entrado numa redação para escreverem, à banca do trabalho, algumas tiras de papel, os “linguados”, como lhes chamavam os jornalistas. Virgínia Quaresma foi a primeira senhora que exerceu a profissão de jornalista na aceção que modernamente lhe compete”.

A entrada das mulheres no jornalismo industrial será, pois, lenta e difícil. Naturalmente que a misoginia prevalecente no país será a primeira razão – a mesma misoginia que afastava as mulheres do voto ou da universidade. Mas esta explicação não é suficiente. Se a profissionalização de médicos ou advogados, por exemplo, estava vedada às mulheres porque elas não se podiam formar nestes campos, o mesmo não acontecia com o jornalismo, que não exigia uma formação particular. Assim, a definição da profissão jornalística a partir de um campo de legitimação que, segundo Denis Ruellan (1993), é constituído por dimensões técnicas e intelectuais da prática jornalística, baseadas nos esforços de distinção que os grupos profissionais fazem para definir e administrar seu espaço ocupacional, parece-nos uma pista interessante para percebermos por que razão as mulheres têm uma tão grande invisibilidade na história da formação do jornalismo. Na verdade, diz Ruellan, se o jornalismo for compreendido pelas suas qualidades de fluidez e pela imprecisão das suas fronteiras e modos de produção, ganha-se uma nova compreensão do mesmo: “a partir do momento em que se renuncia a analisar a atividade jornalística segundo os critérios profissionais habituais (deontologia, fecho de um grupo, tecnicismo, codificação dos procedimentos), e se prefere ligar às qualidades realmente dinâmicas próprias do grupo (que são a imprecisão das fronteiras e a criatividade dos modos de produção), o jornalismo aparece em toda a sua rica especificidade” (Ruellan, 1993: 224).

Tal fluidez de fronteiras pode, antes de mais, fazer-nos pensar o jornalismo não apenas como aquele que se praticava nos jornais políticos, mas em toda a

imprensa periódica da época; não apenas no jornalismo industrial generalista, mas nas revistas. Por isso, desde logo, serão jornalistas as mulheres que os inícios da história da imprensa periódica revelam. É nesse sentido que a definição do campo jornalístico como um discurso específico – nos termos em que vimos atrás – contribui para uma visão histórica do jornalismo como uma profissão de onde as mulheres estiveram ausentes. Como refere Susanne Kinnebrock (2009: 117) a propósito das mulheres jornalistas da Europa central, “uma conceção dicotómica do jornalismo vs. literatura (incluindo os dualismos factó vs. ficção, informação vs. entretenimento, atualidade vs. intemporalidade) conduz-nos a uma conceção restrita do jornalismo que exclui muitas facetas do trabalho jornalístico – e obstrui a nossa visão das mulheres no jornalismo”.

Além disso, na definição de Ruellan, outras dinâmicas de autolegitimação surgem como barreiras à entrada das mulheres numa profissão, como se disse, em princípio, aberta. Uma delas é a da formação em jornalismo, uma dimensão que não se colocou em Portugal, mas que foi decisiva internacionalmente e, nesse sentido, terá também contribuído para uma profissão que se afirmou no mundo ocidental.

Jorge Pedro de Sousa (2008) refere que a primeira experiência de formação superior de jornalistas foi protagonizada pela Universidade de Breslau, em 1806. Nos Estados Unidos, refira-se o programa da educação de jornalismo introduzido pelo antigo General Robert E. Lee, em Lexington, na Virginia, na década de 1860. Mas, na América, é uma mulher, Martha Louise Rayne, uma figura normalmente omitida da história do jornalismo, que havia escrito para o *Chicago Tribune* e o *Detroit Free Press*, que merece o crédito de ter estabelecido a primeira escola de jornalismo no mundo: a “Mrs. Rayne’s School of Journalism”, fundada em 1886. Tratava-se de uma escola privada, em Detroit, para dar formação de jornalismo a mulheres. A escola manteve-se até 1900. Mais conhecidas, no entanto, são a Escola de Jornalismo na universidade do Missouri fundada por Walter Williams em 1908 e a Ecole Supérieure de Journalisme em Paris, fundada em 1899, que defendem ter sido as primeiras escolas de jornalismo. A população estudantil de jornalismo na Universidade do Missouri, na sua primeira década, era de 1.398 homens e 272 mulheres na primeira década e, vinte anos depois, mais de um terço eram mulheres (Chambers *et al*, 2004).

Também a organização profissional dos Jornalistas é importante. A primeira foi fundada em Inglaterra, em 1883 e também neste país, cerca de dez anos depois, nascia a *Society of Women Journalists*. Mas, mesmo antes de criação de organizações ocupacionais, dos manuais de jornalismo e dos cursos profissionais (como é o caso da formação universitária em jornalismo nos Estados Unidos, em França e em Inglaterra), já a questão da identidade jornalística – e do lugar nas mulheres no seu interior – se colocava. Disso mesmo dá conta de Mark Hampton (2005) que mostra como, na Grã Bretanha de finais do século XIX, circula como moeda corrente do pensamento a ideia de que o jornalismo é uma profissão exercida em condições difíceis (longas horas de trabalho, salários baixos, dependência do mercado), condições estas que acabavam por estabelecer as fronteiras de uma profissão aberta: aqueles que lhes sobreviviam tinham o direito à atenção do público. Por outro lado, a retórica da prevalência destas difíceis condições de trabalho - os “rigores do jornalismo” – não só servia como base de definição da profissão como servia também, precisamente, para o manter como um domínio masculino. Mas, no final do século XIX, a presença das “lady journalists” era já significativa. Por um lado, as exigências de mercado faziam crescer as publicações dedicadas ao “interesse das mulheres”,

remetido para questões privadas e não-políticas. Por outro, a estas novas formas de afirmação patriarcal da divisão público-privado e das “esferas separadas” (traduzidas na diferenciação entre “jornalismo” e “jornalismo feminino”) o argumento dos “rigores do jornalismo” servia de modo ideal. Tal retórica era maioritariamente aceite, mas nem sempre com o mesmo desfecho lógico. A título de exemplo, Mark Hampton cita um artigo de Emily Crawford, correspondente do *Daily News* em Paris, publicado em 1893, que desafiou o pressuposto de que as mulheres eram mais fracas do que homens. Se era certo que não existia “trabalho jornalístico leve” era também certo que as mulheres jornalistas poderiam resistir aos rigores de jornalismo dado que, na verdade, as mulheres “de boa constituição são mais elásticas na recuperação do que os homens” (Crawford *apud* Hampton, 2005: 151).

A ideia de inadequação física das mulheres para o jornalismo não as impediu, no entanto, de se tornarem jornalistas e as experiências singulares das primeiras mulheres “vencedoras” nem sempre apresentam a narrativa da exclusão⁴. Virgínia Quaresma, por exemplo, relata a sua experiência de iniciação do jornalismo da seguinte forma: “(...) a minha estreia nas lides jornalísticas fazia-se no Jornal da Noite, a folha mais combativa e mais temida que, então, via a luz nos horizontes tumultuosos da política da minha terra. Correram a receber-me com palavras de estímulo e de carinho, com uma linha gentil que nunca esquecerei, com uma estima inquebrantável de que nunca deixaram de dar provas” (Quaresma, *apud* Seixas, 2004: 82). Outras narrativas, porém, dão conta de como o seu estatuto de mulheres se traduzia numa experiência de desigualdade (Steiner, 1997).

CONSUMIDORAS E PRODUTORAS DE INFORMAÇÃO: O JORNALISMO NA VIRAGEM DO SÉCULO

Apesar da sobreposição temporal de géneros que persiste até bastante tarde, os/as historiadores/as portuguesas/as, como já vimos, aceitam localizar na viragem do século o início de um tímido processo de profissionalização em torno da valorização da reportagem e da passagem de uma imprensa de opinião para uma imprensa de informação.

De notar que, em Portugal, a falta de instrução das mulheres nunca fez delas mais do que públicos muito restritos da imprensa e nem mesmo no final do século, quando a industrialização dos jornais acontece em alguns países da Europa e dos Estados Unidos e o seu número fosse suficiente para gerar mudanças no discurso jornalístico.

Em França, o jornal feminista *La Fronde* afirmar-se-á a par de outros jornais populares, como o *Le Petit Journal*. A história do *La Fronde* e das suas jornalistas permite observar as modificações que se realizam na profissão jornalística no final do século XIX e início de XX, “como se este jornal e aquelas que o fizeram viver se encontrassem precisamente nas fronteiras de dois mundos jornalísticos: um dominado por lealdades políticas e literárias; outro em que as regras mais estritamente profissionais – e próprias do grupo – se tornam pouco a pouco óbvias” (Lévêque, 2009: 42)⁵. As suas editoras

4 O que nos recorda as palavras de Kate Millet: “É interessante que muitas mulheres não se reconhecem como discriminadas; não há melhor prova da totalidade do seu condicionamento” (Kate Millet, *Sexual Politics*, University of Illinois Press, 1969: 55)

5 Valerá a pena recordar brevemente o contexto e história deste jornal que segue as tendências de um feminismo francês que se manifestara tão cedo quanto as décadas de 1830 e finais de 1840,

vão encarnar figuras jornalísticas diferentes, fundando a sua legitimidade profissional e a sua autoridade tanto no seu “talento literário” como na sua competência jornalística. O seu discurso mistura a batalha feminista e a batalha profissional que tenta impor os seus atributos corporais, incluindo os ditos “femininos” como marca da excelência e da autoridade profissional (Lévêque, 2009). No início, as editoras do *La Fronde* procuram colar-se a um modelo jornalístico masculino ou reputado como tal, impondo um estilo austero e sério. Contudo, elas também contribuem depois para uma redefinição da profissão jornalística e inserem-se num processo da invenção do jornalismo moderno. O facto de ser mulher, de permitir às jornalistas mobilizar os atributos tidos como femininos é também o seu alibi para entrar na profissão e mostrar a sua autoridade para a exercer. Nesse sentido, “o compromisso jornalístico das *frondeuses* visa ao mesmo tempo subverter a ordem social para se inserir numa ordem profissional, ela mesma em plena transformação” (Lévêque, 2009: 51).

Também a análise que Géraldine Muhlmann faz de uma *frondeuse*, Séverine, jornalista que acompanha o caso Dreyfus, tipifica a presença de um “jornalismo com corpo”, aquele que produz a figura da “testemunha-embaixatriz”: o grande tema no coração da escrita de Séverine é a oposição da testemunha, esta observadora que vê o acontecimento e, nesta proximidade, o contrapõe, com todo o seu corpo, ao jornalismo tradicional, que fala à distância” (Muhlmann, 2004: 35).

Esta presença física das mulheres no jornalismo, as suas sensações e a valorização das emoções cruza-se, nos Estados Unidos e em Inglaterra, com o impulso para o sensacionalismo, o estereótipo e a visão conservadoras das mulheres que, no entanto, as visa também como público. Assim, o *The Daily Mail* (que “inventa” o público feminino), o *Daily Mirror* (o “primeiro jornal diário para mulheres gentis”) em Inglaterra, os jornais de Pulitzer e Hearst na América e *Le Petit Journal* em França são expressões desse novo entendimento dos jornais, de quem os pode fazer e de quem os lê. Mas é a ilustração do caso americano que mostra, porventura melhor do que em qualquer outro país, as ambiguidades que as mulheres sofreram na sua entrada para o jornalismo.

Nesse lado do Atlântico, bem cedo vemos mulheres a tratar matérias políticas: Anne Royall, viúva de um jornalista, escreveu sobre fraudes federais e sobre o roubo de terras aos índios nos seus jornais de Washington *Paul Pry* e *The Huntress*, durante as décadas de 1830 e 40. Da América, como de Inglaterra, chegam-nos os ecos de duas mulheres que se destacam neste período inicial por, pela primeira vez,

através de alguns dos exemplos mais antigos de jornais “alternativos” políticos. O *La Fronde* surge em 1897 como um jornal lançado por e para mulheres e tinha como impulsionadora a atriz e jornalista Marguerite Durand. Alegadamente, foi financiado pelo banqueiro Gustave de Rothschild na altura do Caso Dreyfus. Além do guarda noturno, o diário era inteiramente composto por mulheres, incluindo tipógrafas. A tradição rebelde do jornalismo tinha originado na rebelião do século XVII contra o ministro Mazarin, e significava, literalmente, uma “figa” de um David feminino contra um Golias masculino. Os problemas financeiros levaram a que o jornal passasse a mensal e fechasse em Março de 1905, embora tivesse sido brevemente reavivado por Durand em 1914 e 1926. Segundo, Jane Chapman e Nick Nuttall (2011: 254) “O problema de identidade do *La Fronde* era que não parecia nem feminino nem feminista. As tentativas de dar às leitoras uma diversidade de representação feminina levou à confusão sobre que direção o jornalismo feminino deveria tomar. No entanto, o *La Fronde* dizia-se um jornal para professoras, normalmente com melhor educação do que a maioria das mulheres, e um dos objetivos de Durand era gerar uma consciência pública das formas como a identidade feminina era representada na cultura francesa. O impacto inicial do jornal mostra que as leitoras do sexo feminino estavam abertas a uma variedade de discursos jornalísticos, incluindo os discursos sobre a “nova mulher”.

se sustentarem, a si e às suas famílias, com o dinheiro ganho nos jornais: Margaret Fuller, correspondente europeia para o *New York Tribune* na década de 1840 e, em Inglaterra, Harriet Martineau (Chambers *et al*, 2004).

Também neste período inicial americano é bem conhecida Eliza Lynn Linton que, em 1848, entrou no *The Morning Chronicle*. Embora inicialmente uma proto-feminista, Eliza tornar-se-ia uma forte oponente do sufrágio feminino e de quase tudo o resto (Onslow, 2000). Nos seus artigos no *Saturday Review*, durante os anos 1860 e os anos 70 declarou guerra contra “a irmandade ruidosa”, que exigia direitos iguais. Em Inglaterra, Flora Shaw tornar-se-ia em 1892 a primeira mulher do corpo de pessoal permanente do *The Times*.

Mais comum no trabalho jornalístico das mulheres do século XIX, contudo, foram os temas relacionados com as causas sociais e políticas que elas cobriram como colunistas, sob anonimato. A presença do seu trabalho nas páginas de publicações principais transmitiu a importância crescente das leitoras de jornais quando a alfabetização crescia. Mas o seu estilo de escrita – muitas vezes coloquial, apaixonado, sentimental ou em tom de repreensão – se lhes fez ganhar leitores/as leais, também fez com que fossem desprezadas como um grupo de “scribbling women” (mulheres que escrevinham) (Kitch, 2002).

A progressiva introdução de “páginas femininas” nos jornais produziu também uma abertura à participação das mulheres na escrita jornalística. Na América, em particular, as revistas femininas viriam a ter forte circulação. No início do século XX, as principais revistas femininas (como *The Ladies' Home Journal* ou *Good Housekeeping*) concentraram-se em questões do bem-estar das mulheres e crianças, incluindo os padrões de saúde pública, educação, condições habitacionais, e no trabalho infantil. Este jornalismo, chamado de “Municipal Housekeeping”, baseava-se na ideia da Era Progressivista de que os valores domésticos das mulheres “limpariam” a corrupção na vida pública.

Mas foi sobretudo o surgimento do chamado jornalismo industrial nas grandes cidades americanas que constituiu indubitavelmente um elemento-chave na abertura às mulheres jornalistas entre os anos de 1880 e a erupção da Primeira Guerra mundial. Este jornalismo misturava duas tradições: a imprensa política de elite e a literária e de ensaio por um lado, e a imprensa popular ou jornais de histórias, por outro. Assim, ao mesmo tempo que as mulheres escreviam sobre matérias domésticas, os jornais começaram a empregá-las para criar outra espécie do jornalismo: as narrativas sobre as mais diversas violações sociais e crimes, impulsionando fortemente a circulação dos jornais na era de Hearst e Pulitzer. É aí, como analisamos mais extensivamente noutro lugar (Silveirinha, 2006) que vamos encontrar as “raparigas de proezas”, “carpideiras” e *muckrackers* de grande sucesso profissional, mas não menos “feminizadas”, no sentido da discriminação das suas carreiras jornalísticas.

DAS “RAPARIGAS DE PROEZAS”, “CARPIDEIRAS” E “CONSELHEIRAS”, ÀS “MUCKRACKERS”.

A história das mulheres jornalistas nos Estados Unidos não se pode fazer sem as chamadas *stunt girls*. As “raparigas de proezas” eram jornalistas que, para conseguirem as suas histórias, se disfarçavam em vários papéis: como “sem-abrigo”, como trabalhadoras de têxteis ou doentes de hospital, estas jornalistas revelavam os factos da vida urbana plenos de emoção e escândalo, ao lado de outras que escreviam nas “páginas femininas”. O *New York World* por exemplo, empregava

“Jennie June” (pseudônimo de Jane Cunningham Croly) nas suas páginas femininas e, nas suas páginas políticas, Elizabeth Cochrane, que ficou famosa como a *stunt girl* “Nellie Bly”, no final da década de 1880.

Mesmo com poucos estudos, sem qualquer formação de jornalista e sem credenciais de um campo específico (Lutes, 2002), Elizabeth Jane Cochrane (1864-1922), de seu *nom de plume* “Nellie Bly”, foi a primeira mulher jornalista do *Pittsburgh Dispatch*. Tendo conseguido o emprego através de uma carta ao editor criticando as suas visões antisufragistas, viria a demonstrar ser uma jovem criativa, disposta a misturar-se com os pobres, entrar nas fábricas, falar com as pessoas em geral, e com os imigrantes em particular. Em breve, partia para Nova Iorque, na altura, palco da luta entre gigantes do jornalismo: o *Times*, o *Herald*, o *Tribune*, o *Sun* e o *World*. Mas era sobretudo o trabalho do imigrante húngaro Joseph Pulitzer que a atraía, e foi à porta do seu *New York World* que foi bater, em busca de emprego. Aí, começariam as suas “proezas” jornalísticas, tendo ficado famosas as suas reportagens a partir de um arrojado e perigoso internamento num asilo psiquiátrico. Para as escrever, fingira ser louca, até ser internada, e assim poder denunciar as péssimas condições dessas instituições. Outros “disfarces” levaram-na a escrever sobre agências de emprego desonestas e sobre as degradantes condições de trabalho nas fábricas de têxteis. Para reportar a vida nas prisões, fez-se prender, tendo para o efeito deliberadamente roubado uma mulher.

O que tornaria tão atraentes as suas histórias era não só o conteúdo da denúncia, mas a possibilidade de as escrever como experiências em primeira-mão, apresentando-se a si própria, de alguma forma, como a heroína da história contada. Jean Marie Lutes argumenta que “a reportagem de Bly exultava as especificidades concretas da experiência individual e desprezava a relativa abstração da observação desinteressada. Ao adotar a hiper-mulher histórica, o corpo hiper-expressivo, ela criava a sua própria história e reclamava o direito de a contar à sua maneira. Além disso, ao fingir insanidade, podia exibir as próprias características então usadas para barrar a entrada às mulheres nas redações: a sua feminilidade, a sua expressividade emocional; a sua vulnerabilidade física – e mesmo sexual” (Lutes, 2002: 218). Mas foi sobretudo a sua fabulosa volta ao mundo (1889-1890), publicada em 1872, que a tornaria famosa. Decidida a bater o recorde do imaginário de Phineas Fogg, de Júlio Verne, o *World* prometia que a viagem da jovem e bonita repórter se faria dentro do limite dos 80 dias, contagiando toda a nação. Partiu no navio *Augusta Victoria* - sozinha e praticamente sem bagagem - de Hoboken, Nova Jersey, e o mundo, através do *World*, seguiu-a. O seu regresso, 72 dias (6 horas e 11 minutos) depois, fez-se por entre as fanfarras e o delírio dos fãs e a pilha de telegramas de felicitações que a esperavam. Regressada ao jornal, não viu a sua vida de repórter melhorar, ou sequer um aumento de salário. Por isso despediu-se e só voltou ao *World* três anos depois.

Não se poderá dizer que Elizabeth Cochrane tenha aberto as portas do jornalismo às mulheres americanas. Estas continuavam a ser muito poucas e raramente acediam às primeiras páginas dos jornais. A única – e mais significativa – exceção era quando se entendia que o seu “ponto de vista feminino” podia ajudar a vender os jornais. Tão-pouco é surpreendente que as “stunt girls” fossem tão atraentes para a guerra entre jornais. Por isso, como forte concorrente de Pulitzer, também William Randolph Hearst percebeu a sua importância comercial.

A contraparte de Nellie Bly, nos jornais de Hearst, era a talentosa Winifred Black que escrevia como “Annie Laurie”. Mestre na arte de escrita emocional, depressa

abandonou os traços vitorianos de redação para desenvolver o seu estilo pessoal vívido, de frases curtas e extravagantemente emocionais. Com a escalada das guerras entre os jornais, mais mulheres foram contratadas para conseguirem histórias sobre disfarce. Mas é sobretudo a Nellie Bly que os historiadores mais referência fazem como a mais famosa das “stunt girls”.

No final das décadas de 80 e 90, quando os jornais começavam a compreender a importância do público feminino, as mulheres jornalistas já tinham conquistado o mundo das revistas e é nele, em grande parte, que os jornais se inspiram. Mas é aos jornais que compete a descoberta de uma nova sensação: as colunas de aconselhamento. Uma das primeiras mulheres a ser colunista paga foi Sara Willis Parton que, entre 1850 e 1870, escrevia sob o pseudónimo “Fanny Fern” para o semanário *New York Ledger*, sobre assuntos que iam desde o sufrágio, à educação das mulheres e às suas oportunidades profissionais, códigos de vestuário, prostituição e problemas dos pobres.

Mas as colunas femininas foram também exploradas de uma forma muito particular pelos jornais sensacionalistas. Hearst foi um dos primeiros a dar esse passo. Na primeira coluna de “conselhos” do *New York Word*, Marie Manning respondia às cartas enviadas para “Beatrice Fairfax”. O êxito da coluna foi tal, que pouco tempo depois de ter começado, os correios se recusaram a entregar o volumoso número de cartas e o jornal teve de se comprometer a ir recolhê-las (Olson, 1992).

O jornalismo “amarelo” com as suas proezas, “sob sisters” e colunas de aconselhamento explorou a novidade das mulheres jornalistas e não lhes concedeu um lugar no jornalismo de referência ainda que, de certa forma, lhes tenha concedido uma oportunidade para alargar o leque de temas cobertos. No entanto, Nellie Bly, as *stunt girls* e as *sob sisters* seriam progressivamente marginalizadas pelo novo jornalismo americano emergente.

Entre os anos de 1920 e 1930 o caminho da “objetividade” estava estabelecido e a ideia de que as mulheres deviam fazer um jornalismo de forma diferente dos seus colegas estava aparentemente ultrapassada. No entanto, ainda eram sobretudo as mulheres que continuavam a cobrir matérias como os julgamentos, mantendo-se arredadas da política. Ishbel Ross descrevia assim a divisão entre as jornalistas que tinham trabalhado para a “imprensa amarela” (e, mais tarde, para os tabloides sensacionalistas) e as que trabalhavam para os jornais mais sérios: “Éramos compelidas para a importância da boa escrita e da escrita objetiva, em vez de exclusivos frenéticos. Embora nenhum jornal fosse indiferente a um exclusivo, as repórteres, no *Word* e nos jornais de Hearst, tinham de dar sabor e cor. As mulheres tinham de mostrar os seus sentimentos nas suas reportagens” (Ross citada por Marzolf, 1977: 30-40).

Na primeira década do século XX, a América conhecia uma fase de grande concorrência entre jornais, que dava lugar a novos processos jornalísticos, caracterizados pelas investigações de fundo, para denúncia dos abusos de poder e de corrupção política. Tal jornalismo ficará conhecido como *muckraking*. O *muckraking* não era uma mera extensão do jornalismo popular (amarelo) da década anterior, mas os jornais populares de Hearst e Pulitzer fizeram dele grandes títulos sensacionalistas.

É no cruzamento, por um lado, do jornalismo sensacionalista com um jornalismo mais distanciado e, por outro, do acesso das mulheres ao jornalismo com as questões do feminismo, que outra mulher se destaca: Ida Minerva Tarbell. Como *muckraker*, Ida Tarbell era “one of the boys” num duplo sentido: porque era única entre os seus colegas

que contavam com nomes como Lincoln Steffens ou Upton Sinclair e porque defendia pensar e agir como eles. Nas páginas da *McClure's*, juntamente com as denúncias de corrupção na cidade, lideradas por Steffens, e dos inúmeros problemas dos operários, tratados por Baker, Tarbell expusera as práticas de negócio de John D. Rockefeller e da sua *Standard Oil Company*. Tornou-se por isso nacionalmente famosa e visível numa profissão praticamente dominada pelos jornalistas de sexo masculino.

O que estes exemplos vindos da América mostram é que, desde as suas origens históricas, a notícia sempre teve sexo: maioritariamente masculino e, quando feminino, a partir de uma lógica que ligava as mulheres à cor e às sensações do jornalismo e os homens à política séria e distanciada. Se Nellie Bly e as “stunt girls” exacerbavam a sua “experiência feminina”, Ida Tarbell conheceu bem o preço de tentar romper os tetos de vidro. Por isso, as mulheres jornalistas do passado ajudam-nos a compreender não apenas as turbulências da entrada no jornalismo, como a imagem que as jornalistas têm de si mesmas e da sua profissão, num contexto próprio de transformações sociais e profissionais que ainda lhes exige muito mais do que uma mera adaptação funcional.

CONCLUSÃO

A análise do envolvimento das mulheres com a imprensa ao longo do século XIX e início de XX mostra como as mulheres cultas e ambiciosas deste tempo, à medida que se deslocaram da vida privada para uma etapa pública, se voltaram para o jornalismo e para os seus múltiplos produtos tanto para ganhar a vida, como para exprimir as suas visões. Escrever e publicar oferecia oportunidades que às mulheres se negava noutras ocupações. No domínio da escrita, não necessitavam de uma credencial específica e foi a respeitabilidade do fenómeno literário que marcou a sua posição em oitocentos. No entanto, muitos obstáculos se colocaram no caminho de quem quis fazer jornalismo no feminino. Muitas mulheres tiveram de esconder-se atrás de pseudónimos. Outras tiveram de esperar muito tempo para que a profissão as recebesse. Noutros países, como a América, quando o jornalismo viu o público feminino como um grupo de que os empresários dos jornais não podiam prescindir, a sensualidade, a firmeza corporal e a excecionalidade das mulheres repórteres foi usada para captar tais novos públicos. Ainda que noutros moldes, o mesmo aconteceu na Europa, como vimos.

Hoje, quando os números de mulheres na profissão é muito significativo, há ainda elementos comuns com o passado. Como argumenta Susanne Kinnebrock (2009), há uma notável continuidade na colocação das primeiras e das atuais jornalistas mulheres no campo do jornalismo profissional, já que continua a haver um número desproporcional de mulheres que trabalham como freelancers, para revistas ou para outros de imprensa que podemos apelidar de mais “soft” e as posições de liderança continuam a ser maioritariamente ocupadas pelos seus colegas do seu masculino. Outra tendência que não mudou é que as jornalistas do sexo feminino, ainda hoje, tendem a trabalhar nas indústrias do entretenimento.

Apesar destas continuidades, o lugar e a importância que as mulheres tiveram na história do jornalismo continua muito invisível e, sobretudo, pouco problematizado a partir do próprio estudo do jornalismo. Num artigo sobre as jornalistas americanas Beasley (2001: 217) concluiu que “fazer uma nova síntese que conte a história abrangente das mulheres jornalistas americanas obriga a uma nova definição do jornalismo para estabelecer as categorias da inclusão e exclusão dos

indivíduos. Todas as mulheres que fizeram uso de técnicas jornalísticas – recolha de nova informação de valor atual e sua apresentação em vários formatos populares – têm o direito a ser estudadas como jornalistas, independentemente de a sua missão primária ter sido defender, reportar, comentar ou entreter”. E este parece-nos o melhor ponto de partida para que, por fim, possamos seguirmos a linha que James Carey pediu da história do jornalismo: um conhecimento histórico que vá além da perceção de um progresso jornalístico no sentido da exatidão factual e da liberdade de imprensa e que capture o significado do jornalismo no seu próprio tempo. Olhar a história das mulheres jornalistas em países onde a profissão se começou por desenvolver em momentos e com características diferentes e ligar essas histórias a uma compreensão da vivência dos contextos nacionais particulares, responde ao que Carey nos pede. Como aconteceu com quase todas as atividades industriais, as mulheres estiveram fortemente arredadas da fase inicial da industrialização do jornalismo e dos termos em que ele foi definido. Nesse sentido, o jornalismo, como um certo tipo de discurso que se viria afirmar institucionalmente, poderia ser considerado uma “invenção masculina”, invenção essa, no entanto, que não seria capaz de impedir a entrada maciça das mulheres ao longo do século XX.

Por outro lado, atribuir o sexo à notícia, tal como ela foi inicialmente definida, alarga a gama dos problemas que estudamos e facilita um entendimento mais profundo não só do que pode ou não constituir o jornalismo, como de um conjunto de problemas e questões partilhadas pelas mulheres nas suas relações históricas com esta profissão. Nesse sentido, tal perspetiva impede a “ossificação da história do jornalismo” (Blanchard, 1999) e responde aos desafios deste novo século que voltou a transformar a profissão. //

REFERÊNCIAS

- Beasley, M. H. (2001) “Recent Directions for the Study of Women’s History in American Journalism”, *Journalism Studies*, 2(2): 197-220.
- Barlow, M. D. (1976) *Notes on Woman Printers in Colonial America and the United States, 1639– 1975*. Charlottesville: University Press of Virginia.
- Beasley, M. H. e Gibbons, S. J. (1993) *Taking their Place: A Documentary History of Women and Journalism*, Washington, DC: American University Press.
- Beasley, M. (1985) “Women in Journalism Education: the Formative Period, 1908- 1930.” Texto apresentado ao *Annual Meeting of the Association for Education in Journalism and Mass Communication* (68th, Memphis, TN).
- Beetham, M. (1996) *A Magazine of her Own: Domesticity and Desire in the Woman’s Magazine, 1800–1914*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bennion, S. C. (1990) *Equal to the Occasion: Women Editors of the Nineteenth-Century West*, Reno: University of Nevada Press.
- Blanchard, M. (1999) “The Ossification of Journalism History: A Challenge for the Twenty-first Century”, *Journalism History*, 25(3), 107-112.

- Camponez, J. C. (2011) *Deontologia do Jornalismo*, Coimbra: Almedina.
- Carey, J. (2007) "A Short History of Journalism for Journalists: a Proposal and Essay", *Harvard Journal for Press and Politics*, 12(1): 3-16.
- Carey, J. (1974/1997) "The problem of the history of journalism" in E. S. Munson and C. A. Warren (eds.) *James Carey: A Critical Reader*, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 86-94.
- Chalaby, J. (1996/2003) "O Jornalismo como Invenção Anglo-Americana. Comparação entre o Desenvolvimento do Jornalismo Francês e Anglo-Americano (1830-1920)", *Media & Jornalismo*, (3): 29-50.
- Chambers, D., Steiner, L., & Fleming, C. (2004) *Women and Journalism*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Chapman, J. (2005a) *Comparative Media History*, Cambridge: Polity Press.
- Chapman, J. (2005b) "Republican Citizenship, Ethics and the French Revolutionary Press", *Ethical Space: The International Journal of Communication Ethics*, 2(1): 7-12.
- Chapman, J. (2007) "George Sand -Thwarted Newspaper Publisher or Pioneer Literary Journalist?", *Modern & Contemporary France*, 15(4): 479 - 495.
- Chapman, J. (2011) "Female Representation in Le Petit Journal, Europe's first Mass Circulation Daily", In *Parcours de Femmes -Twenty Years of Women in France*, Oxford & Bern: Peter Lang.
- Chapman, J. L.; Nuttall, N. (2011) *Journalism Today. A Themed History*, Oxford: Wiley-Blackwell.
- Covert, C. L. (1981) "Journalism History and Women's Experience: a Problem in Conceptual Change", *Journalism History*, 8(1): 2-5.
- Crawford, E. (1893) "Journalism as a Profession for Women", *Contemporary Review*, 64, 362-371.
- Creedon, P. (1989) *Women in Mass Communication: Challenging Gender Values*. Newbury Park, CA: Sage.
- Deuze, M. (2005) "What is Journalism? Professional Identity and Ideology of Journalists Reconsidered", *Journalism*, 6(4), 442-464.
- Djerf-Pierre, M. (2007) "The Gender of Journalism: The Structure and Logic of the Field in the Twentieth Century", *Nordicom Review*, 28: 81-104.
- Esteves, J. (2001) "Os Primórdios do Feminismo em Portugal: a Primeira Década do Século XX", *Penélope*, 25: 87-112.
- Hampton, M. (2005) "Defining Journalists in Late-nineteenth Century Britain", *Critical Studies in Media Communication*, 22(2): 138 - 155.
- Kinnebrock, S. (2009) "Revisiting Journalism as a Profession in the 19 th Century: Empirical Findings on Women Journalists in Central Europe", *Communications: The European Journal of Communication Research*, 34 (2): 107-124.
- Kitch, C. (2001) "Whose History does Journalism tell? Considering Women's Absence from the Story of the Century", *American Journalism*, 18(1): 13-31.
- Kitch, C. (2002) "Women in Journalism" in Sloan, W. David and Lisa Mullikin Parcell (eds), *American Journalism. History, Principles, Practices*. Jefferson & Londres: Mcfarland.

- Kitch, C. (2009) "Theorizing the Documentary: Thoughts on New Ways of Continuing Our Work", *American Journalism*, 26: 161–162.
- Leal, M. I. (1992) *Um Século de Periódicos Femininos*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher.
- Lévêque, S. (2009) "Femmes, Féministes et Journalistes: les Rédactrices de La Fronde à l'épreuve de la Professionnalisation Journalistique", *Le Temps des Médias* 12: 41-53.
- Lopes, A. M. C. (2005) *Imagens da Mulher na Imprensa Feminista de Oitocentos. Percurso de Modernidade*, Lisboa: Quimera.
- Lopes, A. M. C. (2009) "Ousar Lutar, Ousar Vencer. A Imprensa Periódica Oitocentista como Motor da Promoção Intelectual Feminina", *Comunicação & Cultura*, n.º 7: 39-48.
- Lumsden, L. (1995) "«You're a tough guy, Mary--and a First-rate Newspaperman»: Gender and Women Journalists in the 1920s and 1930s", *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 72(4): 913-921.
- Lutes, J. M. (2006) *Front-page Girls: Women journalists in American Culture and Fiction, 1880 1930*, Ithaca, Londres: Cornell University Press.
- Mancini, P. (2005) "Is there a European model of journalism?" in H. De Burgh (ed.), *Making Journalists*, Londres: Routledge.
- Marzolf, M. (1977) *A History of Women Journalists*, Hastings House, Nova Iorque.
- Miranda, P. C. G. M. (2008) "As Origens do Jornalismo Profissional em Portugal: uma Incursão pelas Estruturas Empresariais (1865-1925)", *Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Neveu, E. (2001) *Sociologie du Journalisme*, Paris: Edition La Decouverte.
- Onslow, B. (2000) *Women of the Press in Nineteenth-Century Britain*, Londres: Macmillan.
- Olson, L. (1992) "«Dear Beatrice Fairfax...»", *American Heritage Magazine*, 43 (3), in <http://www.americanheritage.com/content/%E2%80%99Cdear-beatrice-fairfax%E2%80%A6%E2%80%99C?page=5>.
- Outeirinho, M.F. .C. (2004) "Mulheres Oitocentistas : George Sand vista por Maria Amália de Carvalho" in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito*. Porto: Universidade do Porto, pp. 299- 304.
- Peixinho, A. T. (2008) "Jornalismo e Literatura no Século XIX: uma Introdução", *Comunicação apresentada ao Colóquio «1808-2008 – Dois Séculos de Imprensa»*, dias 2 e 3 de Outubro de 2008, Coimbra, CEIS20.
- Rebelo, J. (org.), (2011) *Perfil Sociológico do Jornalista Português*, Lisboa: Gradiva.
- Ruellan, D. (1993) *Le Professionalisme du Flou. Identité et Savoir Faire des Journalistes Français*, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Santos, R. (2005) "Jornalismo Português em Finais do Século XIX. Da Identificação Partidária à Liberdade de Reportar", *Media & Jornalismo*, n.º 6: 83-94.
- Sardica, J. M. (2009) "O Jornalismo e a Intelligentsia Portuguesa nos Finais da Monarquia Constitucional" *Comunicação & Cultura*, n.º 7: 17-38.

- Schudson, M. (1998) *The Good Citizen*, Nova Iorque: Free Press.
- Shelley, L. (2010) *Female Journalists of the Fin de Siècle*, Londres: Routledge.
- Silveirinha, M. J. (2006) “Revisitar o Passado na América: A ‘Questão se ser Mulher’ no Jornalismo”, *Estudos do Séc. XX, N° 7 – Os Tempos dos Media*, Coimbra: Ariadne, pp. 115-132.
- Silveirinha, M. J.; Vargues, I. (2011) “Tão Longe e tão Perto: as Mulheres no Jornalismo Português e Americano na Viragem para o Século XX”, Comunicação apresentada ao Congresso Internacional do CIMJ, “História dos Media e do Jornalismo”, Lisboa, 6 de Outubro de 2011.
- Sousa, J. P. (2008) *Uma História Breve do Jornalismo no Ocidente*, Labcom, www.bocc.ubi.pt
- Steiner, L. (1994) “Do you Belong in Journalism?: Definitions of the Ideal Journalist in Career Guidance Books”, *American Journalism*, 11: 321–335.
- Steiner, L. (1997) “Gender at Work. Early Accounts by Women Journalists”, *Journalism History*, 23(1): 2-12.
- Stinson, R. (1977) “Ida M. Tarbell and the Ambiguities of Feminism”, *The Pennsylvania Magazine of History and Biography*, 101(2):217-239.
- Tengarrinha, J. (1989) *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (2º ed.), Lisboa: Editorial Caminho.